



Fevereiro/2013

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público de Provas e Títulos para provimento da Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Pernambuco **Serviços Notariais e de Registro (Provimento)**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta a livros, anotações ou comentários de qualquer natureza.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Registros Públicos**

1. De acordo com a legislação aplicável e o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Pernambuco, em relação aos serviços notariais e de registro, DESDOBRAMENTO

- (A) é a constituição de uma nova serventia extrajudicial, notarial ou registral, em virtude da instituição de novo município ou comarca.
- (B) resulta de nova divisão territorial da jurisdição sobre um município ou distrito, para que no mesmo espaço territorial passem a funcionar duas ou mais serventias registrais.
- (C) consiste no aumento do número de serventias com competência sobre um mesmo tipo de serviço não vinculado à jurisdição territorial específica, de natureza notarial, para incentivar a competitividade, descentralizar os locais de execução das atividades extrajudiciais e ampliar as opções de atendimento ao público, observada a viabilidade econômica de cada serventia.
- (D) compreende a fusão de uma serventia vaga com outra existente, ainda que de atribuições distintas, de natureza notarial ou registral, quando se demonstre economicamente inviável a existência de serventias separadas, especialmente em cartórios situados em municípios do interior e distritos que não possuam volume de serviços e receita suficientes para a manutenção da serventia.
- (E) deverá ocorrer em virtude de nova distribuição de funções notariais ou de registro, entre delegatários situados em uma mesma jurisdição territorial, sempre que as funções exercidas por uma serventia venham a ser atribuídas a outro cartório já existente e localizado no mesmo município.

2. Sobre a publicidade, a Lei nº 6.015/73 dispõe:

- I. Os oficiais e os encarregados das repartições em que se façam os registros são obrigados a lavrar certidão do que lhes for requerido e a fornecer às partes as informações solicitadas, nos termos da lei.
- II. Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido e, em qualquer caso, a certidão será lavrada independentemente de despacho judicial.
- III. A certidão deverá mencionar o livro de registro ou o documento arquivado no cartório e será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 3 (três) dias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) II.
- (D) I e III.
- (E) III.

3. A respeito do ingresso na atividade notarial e de registro, é correto afirmar que

- (A) os concursos serão realizados pelo Poder Executivo, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Poder Judiciário, de um notário e de um registrador.
- (B) ao concurso público somente poderão concorrer candidatos bacharéis em direito.
- (C) as vagas serão preenchidas alternadamente, duas terças partes por provimento e uma terça parte por meio de remoção, não se permitindo que qualquer serventia notarial ou de registro fique vaga, sem abertura de concurso, por mais de seis meses.
- (D) ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de cinco anos.
- (E) a legislação federal disporá sobre as normas e os critérios para o concurso de remoção.

4. O registro de regularização fundiária urbana, incluído no Capítulo XII da Lei nº 6.015/73 pela Lei nº 12.424/11,

- (A) deverá ser requerido diretamente ao oficial do registro de imóveis e será efetivado após manifestação judicial favorável.
- (B) só pode ser requerido pelos proprietários da gleba objeto de regularização.
- (C) é requisito para o registro da sentença de usucapião, da sentença declaratória ou da planta, elaborada para outorga administrativa, de concessão de uso especial para fins de moradia, referente a imóvel localizado na área a ser regularizada.
- (D) quando a cargo da administração pública, será feito com base em planta e memorial descritivo assinados por profissional legalmente habilitado, devendo ser apresentada a anotação de responsabilidade técnica no competente Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, mesmo que o responsável técnico seja servidor público.
- (E) será feito com base em planta e memorial descritivo referentes à totalidade da área objeto de regularização, que especifiquem as porções ainda não regularizadas, na hipótese da regularização fundiária implementada por etapas.

5. Considerando-se o Registro Civil das Pessoas Naturais é correto afirmar:

- (A) São atos de registro *strictu sensu* as alterações ou abreviaturas de nomes.
- (B) Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
- (C) Os fatos concernentes ao registro civil que se derem a bordo dos navios de guerra serão registrados imediatamente e comunicados oportunamente ao registro civil da sede da Capital do Estado-Membro respectivo para os assentamentos, notas ou averbações.
- (D) Os assentos de nascimento, óbito e casamento de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos após homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) A opção de nacionalidade de filho de brasileiro ou brasileira, nascido no estrangeiro, deve ser feita no prazo de até dois anos depois de atingida a maioridade.



<p>6. No registro de nascimento da pessoa natural,</p> <p>(A) o prazo para declaração pelo pai é de 15 dias, que pode ser ampliado em até três meses para lugares a mais de trinta quilômetros de distância da sede do Registro Civil.</p> <p>(B) o assento de nascimento, no Registro Civil, de indígena não integrado à sociedade é obrigatório nos termos da Resolução Conjunta nº 3 do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.</p> <p>(C) não é possível a realização de seu assento nas dependências do Registro Civil sem a declaração de nascido vivo.</p> <p>(D) o assento de nascimento precisa conter os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos.</p> <p>(E) a alteração do nome pode ser feita, como regra, pelo interessado, pessoalmente ou por procurador, a qualquer tempo, depois da maioridade.</p>	<p>9. No Registro Civil das Pessoas Naturais,</p> <p>(A) os registradores civis devem obrigatoriamente manter unidade interligada que conecta estabelecimento de saúde aos serviços de registro civil para permitir a prática dos atos nos hospitais, sobretudo nas maternidades, conforme determina o Provimento nº 13 do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>(B) sempre que o oficial fizer registro ou averbação, deverá, no prazo de dez dias, anotá-los nos atos anteriores, com remissões recíprocas, se lançados em seu cartório, ou fazer comunicação ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos.</p> <p>(C) as sentenças de emancipação, bem como os atos dos pais que a concederem, assim como as interdições, serão obrigatoriamente registrados no livro "A" junto ao assento de nascimento no Cartório respectivo.</p> <p>(D) a restauração, suprimimento ou retificação de assentamento no registro civil prescindem de decisão do juiz corregedor permanente e podem ser feitos de ofício pelo registrador ou a requerimento da parte, após manifestação conclusiva do Ministério Público.</p> <p>(E) o gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito à despesa de custeio, investimento e pessoal.</p>
<p>7. Considerando-se a habilitação para o casamento, é correto afirmar:</p> <p>(A) O pedido de dispensa dos proclamas não pode ter por fundamento a ocorrência de crime contra a dignidade sexual.</p> <p>(B) Se houver apresentação de impedimento, o oficial dará ciência do fato aos nubentes para que indiquem em dez dias provas que pretendam produzir.</p> <p>(C) O prazo para oposição por terceiros ao casamento é até o momento da sua celebração.</p> <p>(D) O casamento não pode ser celebrado em circunscrição diversa daquela da habilitação.</p> <p>(E) Não cabe recurso nem mandado de segurança contra a decisão do juiz corregedor que julga a impugnação do Ministério Público à habilitação para o casamento.</p>	<p>10. Nos Tabelionatos de Notas,</p> <p>(A) os substitutos do titular do serviço notarial deverão ser designados, exclusivamente, dentre bacharéis em Direito, com conhecimento na atividade profissional e experiência mínima de 2 (dois) anos como contratado de serventia extrajudicial.</p> <p>(B) o titular designará, entre os substitutos, um que poderá também celebrar atos testamentários ou de disposição de última vontade.</p> <p>(C) os notários e oficiais de registro poderão, para o melhor desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos e auxiliares, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho ou pelo regime estatutário.</p> <p>(D) nos condomínios de apartamentos, casas ou salas comerciais regulados pela Lei nº 4.591/64, a alienação de cada unidade independerá da prova de quitação das obrigações do alienante para com o respectivo condomínio, mesmo que não haja dispensa da apresentação dos comprovantes pelo adquirente.</p> <p>(E) os atos notariais devem ser praticados perante o Tabelionato do local do domicílio de uma das partes ou, em se tratando de ato que envolva bem imóvel, no local da situação do mesmo.</p>
<p>8. Com relação ao óbito é correto afirmar:</p> <p>(A) Não é possível a lavratura do assento de óbito se não for localizado o cadáver.</p> <p>(B) O assentamento de óbito ocorrido em hospital, prisão ou outro qualquer estabelecimento público será feito, em falta de declaração de presentes, mediante justificação judicial.</p> <p>(C) Na hipótese de calamidade pública é possível o sepultamento sem a certidão de óbito.</p> <p>(D) Nos óbitos naturais ocorridos em localidades sem médico, a Declaração de Óbito será preenchida pelo titular do cartório.</p> <p>(E) O assento de óbito de criança de menos de um ano de idade prescinde da verificação de registro de nascimento.</p>	



11. Considerando-se o Tabelionato de Notas, é correto afirmar:

- (A) Os Tabelionatos responderão pelos danos que os notários e seus prepostos causem a terceiro, na prática de atos próprios da serventia, assegurado ao notário o direito de regresso.
- (B) Os livros notariais serão confeccionados e os atos escriturados no padrão de folhas soltas, através de sistema informatizado, para posterior encadernação, e deverão atender aos modelos estabelecidos nas normas da Corregedoria Geral da Justiça.
- (C) O testador não pode substituir outra pessoa ao herdeiro ou ao legatário nomeado, para o caso de um ou outro não querer ou não poder aceitar a herança ou o legado, que tornarão ao monte-mor.
- (D) São requisitos essenciais para a lavratura de testamento público que ele seja escrito apenas pelo tabelião em seu livro de notas, lido em voz alta pelo tabelião ao testador e duas testemunhas a um só tempo ou pelo testador, se o quiser, na presença do tabelião e das testemunhas e ser o instrumento assinado pelo tabelião, pelas testemunhas e pelo testador.
- (E) Não cabe ao tabelião, na lavratura de escritura de permuta de terreno por área futura a ser construída, a análise da legalidade das condições gerais da celebração do negócio jurídico, que fica sob a responsabilidade dos celebrantes.

12. Considerando-se o Tabelionato de Notas é correto afirmar:

- (A) As serventias extrajudiciais manterão registros permanentes da movimentação diária dos selos, lançando as entradas, saídas e saldo remanescente, e prestarão contas mensalmente dos selos recebidos, discriminando o estoque inicial, os selos utilizados, o estoque remanescente e os selos extraviados, avariados ou inutilizados. A serventia extrajudicial ou seu delegatário somente poderá renovar a solicitação de selos mediante prestação de contas do que lhe foi fornecido anteriormente, anexando relação detalhada da quantidade de selos recebidos, especificando os números e séries, selos inutilizados e relação das sobras.
- (B) Constitui falta funcional leve a evasão da receita destinada aos cofres públicos, por ação ou omissão do notário ou do oficial de registro, seja em decorrência da obrigação de recolher a taxa de serviço notarial e de registro e os valores devidos ao Fundo Especial para o Registro Civil, seja em razão do dever de fiscalizar o recolhimento de tributos federais, estaduais ou municipais incidentes sobre o ato que praticar.
- (C) A partilha amigável de bens entre quaisquer herdeiros e a adjudicação quando houver herdeiro único, pode ser formalizada por escritura pública.
- (D) Se qualquer dos comparecentes não souber a língua nacional, mesmo que o Tabelião entenda o idioma em que se expressa, deverá comparecer tradutor público, habilitado perante a Junta Comercial, para servir de intérprete ou, não o havendo na localidade, outra pessoa capaz que, a juízo do tabelião, tenha idoneidade e conhecimento bastantes.
- (E) A pessoa idosa considera-se plenamente apta à prática e assinatura de quaisquer atos notariais, inclusive para alienação e disposição dos seus bens, mas deve fazer prova de aptidão mental constante de laudo ou atestado médico ou de apresentação de certidão negativa de curatela ou interdição.

13. Quanto ao Tabelionato de Notas, é correto afirmar:

- (A) As omissões que afetarem partes essenciais do ato, tais como, preço, objeto, forma de pagamento e disposições obrigacionais, não poderão ser supridas com a nota "em tempo", ainda que subscritas por todos os interessados, devendo ser objeto de escritura de rerratificação. Na hipótese de evidente erro material, que diga respeito à grafia do nome, ao número de documentos, a qualificação, ao estado civil, à profissão ou ao endereço das partes, diante de prova ou documento existente na data da lavratura do ato, a falha poderá ser sanada de ofício, com a correção do registro eletrônico e expedição de novo traslado ou certidão ou, mediante escritura de aditamento, sob a responsabilidade do titular da serventia notarial.
- (B) Os notários e oficiais de registro são obrigados a fornecer aos interessados, no prazo máximo de 10 (dez) dias, certidões e informações solicitadas sobre atos lavrados ou registrados na serventia, ressalvadas as exceções previstas na lei e no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Os pedidos de certidão poderão ser feitos por telefone, fac-símile, correio eletrônico ou via postal, desde que satisfeitos os emolumentos e taxa de serviço notarial e de registro devidos e, se necessário, o porte de remessa postal.
- (C) Para a necessária segurança e conservação dos registros constantes dos bancos de dados da serventia extrajudicial deverá ser mantido sistema seguro de salvamento ou *backup* das informações, de modo a garantir a perpetuação desses registros contra problemas decorrentes de sinistros ou perda de dados. O salvamento ou *backup* dos lançamentos e registros deve ocorrer através de duas cópias, sendo uma diária, armazenada em disco rígido, *compact disk* (CD), *pen drive*, ou outras mídias de segurança, na própria sede do serviço, e outra, quinzenal, a ser armazenada em local distinto e seguro, com as cautelas devidas.
- (D) Nos atos notariais, se a escritura contiver, além do pacto principal, pactos adjetos, suscetíveis de desdobramento em mais de um instrumento, envolvendo as mesmas partes, serão cobrados emolumentos sobre o valor do pacto principal e mais 1/5 (um quinto) do valor correspondente a cada um dos demais. Esta forma de cálculo dos emolumentos aplica-se mesmo no caso de serem vários os imóveis ou negócios onerosos distintos, sendo considerado como ato principal o imóvel ou negócio de maior valor. Aplicam-se às escrituras de permuta, de compra e venda com cessão e de alienação com instituição de usufruto, o disposto no início do enunciado.
- (E) Na partilha em que houver transmissão de propriedade do patrimônio individual de um cônjuge ao outro, ou a partilha desigual do patrimônio comum, deverá ser comprovado o prévio recolhimento do imposto de transmissão, sendo que, se a diferença nos valores partilhados, em se tratando de bens imóveis, for objeto de pagamento ou qualquer forma de compensação onerosa, o tributo incidente será o imposto de transmissão de bens imóveis – ITBI, devido à Fazenda do Estado.



<p>14. Quanto aos atos praticados pelo Tabelião de Notas, é correto afirmar:</p> <p>(A) É permitido o uso de instrumento particular de mandato ou substabelecimento para a lavratura de ato em que a lei exija escritura pública se o instrumento particular de mandato tiver firma reconhecida do outorgante.</p> <p>(B) O tabelião poderá lavrar, sob sua exclusiva responsabilidade e depois colher a assinatura das partes, escritura de aditamento do ato original, exclusivamente para fazer constar documento ou informação omitida na escritura anteriormente lavrada, mas que existia e se encontrava no arquivo ou registro do respectivo processo notarial no tabelionato.</p> <p>(C) O tabelião poderá exigir alvará judicial para a lavratura dos seguintes atos: escrituras de compra e venda, permuta, doação e cessão de direitos, ou de outros atos de disposição ou constituição, modificação ou transferência de direitos reais relativos a imóvel, nos casos de espólio, massa falida, empresa em recuperação judicial, herança jacente ou vacante, sub-rogação de gravames e incapacidade, absoluta ou relativa.</p> <p>(D) Ao lavrar escritura ou substabelecimento utilizando-se procuração pública oriunda de outra serventia, apresentada sempre no original, deverá o tabelião consignar no texto a origem do instrumento, bem como a data e o número do livro e folhas onde o mandato foi outorgado. Caso a procuração ou substabelecimento originário de outra serventia tenham sido lavrados há mais de 90 (noventa) dias, o tabelião deve exigir a apresentação de certidão atualizada, ou confirmar, perante a serventia responsável, por meio telefônico, postal, via fax ou correio eletrônico (<i>e-mail</i>), a validade e vigência do instrumento de mandato.</p> <p>(E) Não é possível a promoção de inventário extrajudicial por cessionário de direitos hereditários, seja cessão total ou parcial do acervo hereditário, ainda que todos os herdeiros estejam presentes e concordes.</p>	<p>16. Sobre as informações e certidões expedidas pelo Tabelionato de Protesto, é correto afirmar que</p> <p>(A) as certidões somente podem conter informações sobre protestos dos últimos 5 anos, sendo vedada a expedição de certidão por prazo superior.</p> <p>(B) poderão os tabelionatos fornecer certidão diária, na forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados a entidades representativas da indústria, do comércio e de proteção ao crédito.</p> <p>(C) as certidões deverão conter todos os registros de atos realizados no Tabelionato, tais como: protestos tirados, apontamentos de títulos a protestar e títulos cancelados.</p> <p>(D) é permitida a emissão de certidão de protestos cancelados por requerimento escrito de qualquer interessado.</p> <p>(E) não é permitida a emissão de certidão de inteiro teor de protesto específico.</p>
<p>15. Sobre o cancelamento do registro do protesto, analise as afirmações abaixo.</p> <p>I. Pode ser realizado de ofício pelo tabelião após cinco anos da lavratura do protesto.</p> <p>II. Depende de apresentação do título original protestado, cuja cópia ficará arquivada em cartório ou ainda de carta de anuência do credor, com firma reconhecida.</p> <p>III. Pode ser feito por ordem judicial ou por instrumento público, se por motivo diverso do pagamento.</p> <p>IV. Quando houver endosso translativo, a anuência tem que ser dada pelo endossatário.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>17. Quanto ao procedimento para protesto de título, é correto afirmar que</p> <p>(A) o Tabelião de Protesto não pode aceitar título apresentado para protesto se houver prescrição ou decadência.</p> <p>(B) as irregularidades formais constantes do título não obstam o registro do protesto.</p> <p>(C) após o protocolo do título, o devedor deve ser intimado pessoalmente, não sendo permitida apenas a comprovação da entrega da intimação no endereço fornecido pelo apresentante, sob pena de nulidade do protesto.</p> <p>(D) o prazo para pagamento do título apresentado para protesto é de três dias corridos, a contar da data do protocolo, excluída esta da contagem.</p> <p>(E) o pagamento do título apresentado a protesto deve acontecer perante o Tabelionato de Protesto até antes da lavratura do registro de protesto; após este ato não cabe mais sua realização em cartório.</p> <p>18. Será objeto de registro e averbação, respectivamente,</p> <p>(A) instituição do bem de família e servidão.</p> <p>(B) cédula hipotecária e alienação fiduciária em garantia de coisa imóvel.</p> <p>(C) permuta e cláusula de inalienabilidade.</p> <p>(D) contrato de promessa de compra e venda e cessão de direitos hereditários.</p> <p>(E) reserva legal e usufruto.</p> <p>19. O prazo de validade da prenotação</p> <p>(A) será sempre de trinta dias, a contar do protocolo.</p> <p>(B) será de vinte dias para os contratos particulares com alienação fiduciária de bem imóvel pelo Sistema Financeiro de Habitação.</p> <p>(C) não pode ser interrompido, nem suspenso, ainda que por ordem judicial.</p> <p>(D) será de cinco dias no caso de registro de cédula de crédito rural.</p> <p>(E) tem os efeitos prorrogados até o julgamento de ação em que foi determinado o bloqueio da matrícula por ordem judicial.</p>



20. Ao ser apresentada para registro uma escritura pública de compra e venda, em sede de qualificação do título, constatou o oficial que o imóvel objeto do negócio jurídico não estava registrado em nome do vendedor, que possui apenas o título aquisitivo sem registro. Neste caso, deverá o oficial do registro de imóveis, em atenção ao princípio da continuidade,
- (A) registrar de ofício o título aquisitivo do imóvel em nome do alienante, desde que na escritura pública tenha o tabelião informado que o vendedor é proprietário, havendo comprovado tal fato mediante apresentação de escritura pública.
- (B) averbar à margem do registro que o imóvel havia sido adquirido pelo vendedor, que o registro não havia sido feito, mas que na escritura tal fato está certificado.
- (C) qualificar negativamente o título, exigindo que seja feita uma rerratificação da escritura pública, para que conste o trespasse do imóvel, averbando este fato à margem do registro.
- (D) qualificar negativamente o título, exigindo que seja feito primeiro o registro do imóvel em nome do vendedor para só depois realizar o registro do imóvel em nome do apresentante adquirente.
- (E) suscitar imediata dúvida ao juiz de direito competente acerca desta situação, averbando tal fato à margem do protocolo.
21. Sobre desmembramento e divisão, é correto afirmar que
- (A) o desmembramento de uma área em duas ou mais áreas, do mesmo proprietário, se dá com averbação do ato na matrícula mãe, que será encerrada, originando tantas matrículas quantas forem as áreas desmembradas.
- (B) a divisão de uma área em duas ou mais áreas, do mesmo proprietário, se dá com averbação do ato na matrícula mãe, que será anulada, originando tantas matrículas quanto forem as áreas divididas.
- (C) o desmembramento de uma área para fins de venda de lote depende de realização de infraestrutura consistente em abertura de ruas, calçamento, posteamento, rede de água e esgoto, reserva de áreas verdes comuns etc., sendo objeto de registro.
- (D) para que se realize a divisão ou desmembramento é pressuposto que o imóvel esteja constituído em condomínio *pro indiviso*, hipótese em que será feita a individualização dos lotes para cada condômino, de acordo com sua fração ideal.
- (E) a partir do momento que é feita a venda de fração ideal de um imóvel, deverá o oficial do Registro de Imóveis fazer abertura de matrícula nova para registro desta fração ideal adquirida, que se desmembra de pleno direito da área comum, averbando-se tal fato na matrícula mãe.
22. A aquisição de imóveis pelo Sistema Financeiro de Habitação,
- (A) somente é admitida em programas de interesse social, por população de baixa renda, que tem assegurada isenção de emolumentos e taxa para registro.
- (B) assegura a redução em cinquenta por cento nos emolumentos devidos apenas pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais.
- (C) garante redução em cinquenta por cento nos emolumentos e taxas devidos pelos atos relacionados com todas as aquisições imobiliárias para fins residenciais feitas por uma pessoa.
- (D) assegura redução de quarenta a setenta por cento em todas as despesas relacionadas com o registro imobiliário, desde que a pessoa apresente declaração de pobreza.
- (E) não garante qualquer redução de despesas relacionadas com o registro imobiliário do contrato para aquisição de imóvel residencial, salvo para as aquisições pelo programa Minha Casa Minha Vida.
23. Sobre a responsabilidade dos notários e oficiais de registro, analise as afirmações abaixo.
- I. O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.
- II. Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.
- III. A responsabilidade civil depende da criminal, sendo que a responsabilidade criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a administração pública.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
- (B) I.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II.
24. No Registro de Títulos e Documentos NÃO será feita a transcrição
- (A) dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor.
- (B) do penhor comum sobre bens imóveis.
- (C) da caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de bolsa ao portador.
- (D) do contrato de penhor de animais, não compreendido nas disposições do art. 10 da Lei nº 492, de 30/08/1934.
- (E) do contrato de parceria agrícola ou pecuária.



25. A Lei Federal nº 8.935/94 NÃO dispõe expressamente que a delegação a notário ou a oficial de registro se extingue por
- (A) morte ou invalidez.
 - (B) aposentadoria facultativa.
 - (C) aposentadoria compulsória.
 - (D) renúncia ou perda da delegação, nos termos da lei.
 - (E) descumprimento, comprovado, da gratuidade estabelecida em lei.

Direito Constitucional

26. Ao julgar a questão do nepotismo, o voto da Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, afirmou que: *Nem precisaria haver princípio exposto – quer da impessoalidade, quer da moralidade administrativa – para que se chegasse ao reconhecimento da constitucionalidade das proibições de contratação de parentes para os cargos públicos. Bastaria que se tivesse em mente a ética democrática e a exigência republicana, contidas no art. 1º, da Constituição, para se impor a proibição de maneira definitiva, direta e imediata a todos os Poderes da República.* (STF – ADC 12 – Voto Ministra Cármen Lúcia, j. 28.8.2008, Tribunal Pleno). Considerando as linhas mestres do Estado Democrático de Direito brasileiro lançadas na decisão, é correto afirmar:
- (A) A república é a forma de estado que se opõe à monarquia. A exigência republicana citada no acórdão traduz a concepção clássica do termo, significa *res publica*, ou seja, princípios que pertencem ao povo, não como uma multidão reunida de homens, mas sim, a uma sociedade organizada que tem por fundamento a observância da justiça e a comunhão de interesses.
 - (B) Dentre os parâmetros da *ética democrática* encontra-se a ideia da ruptura do poder político encarnado na pessoa do dirigente para a ideia de valorização de instituições privadas como conjunto regulador, controlador e fiscalizador da ação política.
 - (C) A qualidade da *democracia* pode ser avaliada pelo grau de liberdade, estado de direito, igualdade, grau de participação, responsabilidade vertical para com o eleitorado ou horizontal. Para se estabelecer a igualdade no Estado de Direito, o *Princípio da Impessoalidade*, previsto genericamente no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, deve ser preenchido com os valores vigentes na sociedade através de legislação específica, não podendo ser pressuposto de forma genérica, conforme a interpretação livre de cada juiz, diante do significativo espaço de discricionariedade, conforme posição majoritária da doutrina e do STF.
 - (D) A análise do *Princípio da Moralidade* deve ser centrada na norma que o autoriza e não no ato administrativo. Moralidade não se confunde com legalidade, pois esta é requisito da norma.
 - (E) O *Princípio da Impessoalidade* visa distinguir a esfera privada, impregnada por paixões e vícios, da esfera pública, impessoal, tendo as leis como campo simbólico da vontade geral e dos direitos.

27. O exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual devem ser regulamentados por lei complementar. É correto afirmar:
- (A) Referidas leis são de iniciativa exclusiva do Congresso Nacional.
 - (B) O Presidente da República pode solicitar a delegação para elaboração dessas leis ao Congresso Nacional através da chamada delegação *externa corporis*.
 - (C) O *quorum* de votação ou instalação da sessão de votação da lei ordinária é o mesmo exigido na lei complementar, sendo que na fase da votação, a lei complementar exige *quorum* de maioria absoluta, enquanto a lei ordinária, *quorum* simples.
 - (D) A lei pode ter iniciativa comum, do Presidente da República, de qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado.
 - (E) Pode ser editada por Medida Provisória, caso caracterizada a relevância e urgência, para realização da legislação.
28. Segundo a Constituição Federal, os serviços notariais e de registro têm a seguinte característica:
- (A) A referida delegação tem caráter peculiar, por ser um instrumento contratual de privatização do exercício dessa atividade material e recair somente sobre a pessoa natural.
 - (B) Cuida-se de atividade privada cujo exercício jaz sob a exclusiva fiscalização do Poder Judiciário.
 - (C) Apesar do caráter privado, aplica-se o princípio da transparência, devendo as tabelas de emolumentos serem publicadas nos órgãos oficiais das respectivas unidades da Federação, observado o princípio da anterioridade.
 - (D) A delegação em caráter privado permite a responsabilidade civil por danos morais e materiais, excluindo-se a responsabilidade objetiva.
 - (E) As atividades notariais e de registro não se inscrevem no âmbito das remuneráveis por tarifa ou preço público, mas no círculo das que se pautam por uma tabela de emolumentos, jungidos estes a normas gerais que se editam por lei necessariamente estadual.
29. No âmbito dos limites da interpretação constitucional, dentre as características abaixo, NÃO se aplica ao conceito de decisões manipuladoras:
- (A) São decisões aplicadas na esfera do controle de constitucionalidade, na qual a Corte Constitucional não se limita a declarar a inconstitucionalidade das normas, mas acaba por agir como legislador positivo, remodelando diretamente o ordenamento jurídico.
 - (B) Declaram a nulidade de determinada norma inconstitucional, no âmbito da fiscalização abstrata da constitucionalidade, em uma perspectiva diacrônica, com a produção dos efeitos previstos na Constituição Federal.
 - (C) Inclui o conceito das sentenças aditivas, aquelas nas quais a Corte Constitucional declara a inconstitucionalidade de uma disposição, na parte, em que não expressa determinada norma, que deveria conter para ser compatível com a Constituição.
 - (D) Admite-se a produção de norma heterônoma de atos legislativos, ou seja, a sentença substitutiva declara a inconstitucionalidade de um preceito, na parte em que expressa certa norma em lugar de outra, substancialmente distinta, que dele deveria constar para que fosse compatível com a Constituição Federal.
 - (E) Determinam a modelação do sentido ou dos efeitos da norma submetida a julgamento.



30. Sobre a Desvinculação de Receitas da União (DRU) é correto afirmar:
- (A) A DRU consiste na permissão legal dada ao Poder Judiciário para destinar parte das receitas de impostos e contribuições, obrigatoriamente, a determinado órgão, fundo ou despesa, com o fim de dar cumprimento ao pagamento dos precatórios.
 - (B) Excetua-se da desvinculação a arrecadação da contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.
 - (C) Tem como objetivo dar uma maior flexibilidade à alocação dos recursos públicos, com a elevação das receitas disponíveis para o governo federal utilizar exclusivamente na área da saúde pública.
 - (D) O mecanismo permite ao governo federal usar livremente, desvinculados de órgão, fundo ou despesa, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União, Estados e Distrito Federal, impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.
 - (E) O mecanismo permite aos Estados usar livremente, desvinculados de órgão, fundo ou despesa, 20% (vinte por cento) da arrecadação impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.
31. Como regra geral, a Constituição Federal veda a cassação dos direitos políticos, reconhecendo-os como verdadeiros direitos públicos subjetivos que prescrevem o modo de atuação da soberania popular, porém, em determinados casos, existe a previsão da perda destes direitos. Em relação à perda dos direitos políticos é correto afirmar:
- (A) A Justiça Estadual tem competência para decretar a perda ou cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, hipótese em que o indivíduo não poderá alistar-se como eleitor ou pleitear votos eletivos.
 - (B) A deliberação que decreta a alteração de qualificação do cidadão brasileiro em estrangeiro com fundamento na aquisição de outra nacionalidade, por naturalização voluntária, não pode ser reconhecida por decisão administrativa.
 - (C) A recusa de cumprir obrigação a todos imposta, por escusa de consciência, acarreta a inelegibilidade do indivíduo, quando não houver previsão legal de prestação alternativa.
 - (D) Ocorre na hipótese de reconhecimento da improbidade administrativa pelo Poder Judiciário, fato que pode acarretar também a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei.
 - (E) Pode-se extrair do texto constitucional, implicitamente, que se for anulado o procedimento de naturalização, por erro, dolo, coação, fraude ou simulação, judicialmente, o indivíduo volta a ser estrangeiro, perdendo os direitos ativos e passivos.
32. O Princípio da Precaução no Direito Ambiental
- (A) pressupõe que haja informação certa e ausência de dúvida sobre a segurança de determinada decisão.
 - (B) pode ser aplicado de forma direta, dispensando a avaliação de riscos, pois o objetivo é priorizar as incertezas na proteção do meio ambiente e não o processo científico para avaliá-lo.
 - (C) significa tomar uma decisão face aos riscos com a prévia participação popular.
 - (D) significa tomar uma decisão quando a informação científica for insuficiente, não conclusiva ou incerta e haja informações de que os possíveis efeitos sobre o meio ambiente possam ser potencialmente perigosos e incompatíveis com o nível de proteção escolhidos.
 - (E) é o ato de divulgação de informações ambientais que devem ser repassadas pelo Poder Público e a toda coletividade, com a participação de pessoas e organizações não governamentais nos procedimentos de decisões administrativas e nas ações judiciais ambientais.
33. Uma das inovações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/2004 foi a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Sobre o CNJ é correto afirmar:
- (A) Dentre seus 15 componentes, encontram-se o Presidente do Supremo Tribunal Federal, um juiz estadual indicado pelo Superior Tribunal de Justiça, um juiz de Tribunal Regional Federal indicado pelo Supremo Tribunal Federal, um juiz federal indicado pelo Superior Tribunal de Justiça e um juiz de Tribunal Regional do Trabalho indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
 - (B) Participam da composição do CNJ, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República, um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral de Justiça, dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual, dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
 - (C) Compete ao CNJ rever, de ofício ou mediante provocação, os processos administrativos disciplinares e judiciais de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano, com a finalidade de verificar a aplicação das penas de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
 - (D) Compete ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
 - (E) Compete ao CNJ elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no país e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente da República a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.



Direito Administrativo

34. Paulo, comerciante estabelecido no município do Recife, solicitou um empréstimo em instituição financeira e o mesmo foi negado em função de apontamento constante do Tabelionato de Protesto. Em face disso, Paulo sofreu sérios prejuízos, decorrentes da falta de capital de giro, entre os quais a perda de contratos pela impossibilidade de pagamento de seus fornecedores, atraso no pagamento de tributos, multas, entre outros. Posteriormente, restou comprovado que o apontamento constou indevidamente da certidão expedida, em decorrência de erro do programa de informática do Tabelionato. Em face de tal situação, com fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal e na Lei nº 8.935/94, Paulo

- (A) detém o direito de ser indenizado pelos prejuízos sofridos, desde que comprovada a responsabilidade subjetiva do tabelião.
- (B) não possui direito à indenização, mas apenas à reparação do erro verificado, tendo em vista tratar-se de serviço público delegado.
- (C) possui o direito de ser indenizado pelos danos morais e patrimoniais sofridos, cabendo a responsabilidade, exclusivamente, ao agente causador do dano, tabelião ou preposto, que tenha atuado com dolo ou culpa.
- (D) não possui direito a indenização, eis que a responsabilidade do agente público delegado é de natureza subjetiva, afastada nos casos de falha do serviço que não decorra de dolo ou culpa individual.
- (E) possui o direito de ser indenizado, incidindo na situação narrada a responsabilidade objetiva do Tabelionato, que poderá exercer o direito de regresso em face de preposto responsável pelo erro, desde que comprovado dolo ou culpa.

35. As primeiras noções de serviço público surgiram na França com a denominada Escola do Serviço Público e, de acordo com os autores Leon Duguit e Roger Bonnard, abrangiam praticamente todas as funções do Estado. O conceito de serviço público foi sofrendo transformações no tempo e vários critérios têm sido adotados para classificá-lo, sendo correto afirmar que

- (A) o conceito restrito de serviço público não engloba os serviços de natureza comercial e industrial prestados pelo Estado, ainda que erigidos à categoria de serviço público por lei.
- (B) o serviço público em seu conceito amplo corresponde a toda a atividade que o Estado exerce para cumprir os seus fins, excetuados os denominados serviços não exclusivos ou impróprios, passíveis de exploração por particulares mediante concessão ou permissão.
- (C) o conceito restrito de serviço público corresponde apenas aos denominados serviços públicos próprios ou exclusivos, exercidos obrigatoriamente de forma direta pelo Estado, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas.
- (D) os serviços públicos não exclusivos do Estado são aqueles que, não obstante constituam obrigação do Estado para satisfação das necessidades coletivas, podem ser prestados por particulares mediante autorização e controle do Estado.
- (E) os serviços públicos exclusivos ou próprios são aqueles que somente podem ser prestados diretamente pelo Estado, dada a sua natureza essencial, e os não exclusivos são aqueles que podem ser prestados por particulares mediante concessão ou permissão.

36. O Estado de Pernambuco contratou empreiteira para a realização de obras de grande vulto, consistentes na construção de uma ponte pênsil. No curso do contrato, a empreiteira contratada subcontratou empresa especializada para a execução da obra, alegando que não possuía a expertise necessária para realizar a totalidade do escopo dos serviços contratados, que se mostraram mais complexos do que avaliou quando da participação no prévio procedimento licitatório, o qual não previa a possibilidade de subcontratação. De acordo com os princípios e normas que regem os contratos administrativos,

- (A) a conduta do contratado afigura-se ilegal dada a natureza *intuitu personae* do contrato administrativo que impede a transferência, total ou parcial, do seu objeto a terceiros, admitindo apenas a subcontratação parcial nos limites estabelecidos no edital e contrato.
- (B) a mutabilidade do contrato administrativo autoriza a substituição do contratado no curso do contrato, para garantir a melhor consecução de seu objeto, não havendo, pois, ilegalidade na conduta apontada.
- (C) a presença de cláusulas exorbitantes autoriza a Administração, a seu exclusivo critério, a transferir a execução do contrato a terceiro mais apto que o contratado, mediante subcontratação, não sendo, contudo, conferida ao contratado a mesma prerrogativa, afigurando-se ilegal a sua conduta.
- (D) o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado pode ser invocado para justificar a licitude da conduta do contratado, desde que comprove que efetuou a subcontratação no interesse da Administração e que não auferiu qualquer proveito econômico indevido.
- (E) a natureza de contrato de adesão do contrato administrativo permite, a critério da Administração, a substituição do contratado no curso do contrato, de forma que a conduta descrita não padece de vício desde que tenha contado com a prévia anuência do Estado.

37. Considere as afirmações abaixo.

- I. Os bens dominicais não são passíveis de alienação, salvo se desafetados.
- II. Os bens de uso especial são aqueles de domínio privado do poder público, passíveis de alienação e oneração.
- III. Os bens de uso comum do povo são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis.

A respeito dos bens públicos, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) I e III.
- (E) I e II.



<p>38. O Estado de Pernambuco desapropriou terreno próximo a área de manancial para a construção de complexo penitenciário e, em face da alegada urgência na conclusão do empreendimento, decorrente da necessidade de cumprimento de ordem judicial para desocupação de cadeias públicas, iniciou as obras antes da expedição da necessária licença ambiental. A referida conduta da Administração Pública é passível de controle</p> <p>(A) administrativo, exclusivamente, por meio dos órgãos de licenciamento e fiscalização ambiental, que podem determinar a paralisação da obra e a reparação do dano.</p> <p>(B) administrativo e judicial, exclusivamente pelo Ministério Público, por meio de inquérito civil ou ação civil pública, podendo o Estado celebrar Termo de Ajustamento de Conduta.</p> <p>(C) judicial, por meio de ação civil pública, desde que caracterizada improbidade administrativa, ou, na hipótese de lesividade do ato, ação popular ou mandado de segurança.</p> <p>(D) administrativo, por meio de mandado de segurança, se caracterizada ilegalidade ou abuso de poder e judicial, por meio de ação civil pública, se caracterizada lesividade a interesse difuso ou coletivo.</p> <p>(E) judicial, por meio de ação popular, interposta por qualquer cidadão, quando caracterizada a ilegalidade e lesividade do ato ou ação civil pública, interposta pelo Ministério Público ou por outros legalmente legitimados.</p>	<p>41. De acordo com a Lei nº 12.452/2003, que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário de serviços públicos prestados pelo Estado de Pernambuco,</p> <p>(A) constituem direitos básicos do usuário de serviços públicos prestados diretamente pelo Estado: informação, qualidade na prestação do serviço e gratuidade.</p> <p>(B) o direito à informação restringe-se aos assuntos de interesse do usuário, incluindo a tramitação de processos administrativos e fundamentação dos respectivos atos.</p> <p>(C) o usuário tem o direito ao controle adequado do serviço, podendo encaminhar às comissões de ética representações ou denúncias contra servidor público.</p> <p>(D) o usuário de serviços públicos delegados, permitidos ou concedidos possui direito de representar ao poder concedente, por intermédio das comissões mistas, acerca da inadequação do serviço prestado.</p> <p>(E) as reclamações contra os agentes públicos prestadores diretos de serviço público devem ser encaminhadas às ouvidorias e aquelas relativas a serviços delegados à Comissão de Centralização das Informações de Serviços Públicos.</p>
<p>39. O tombamento constitui uma das formas de intervenção do Estado na propriedade, que tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico,</p> <p>(A) importando a restrição ao exercício de todos os direitos inerentes ao domínio, quando compulsório.</p> <p>(B) sendo sempre compulsório quando incidente sobre bens particulares e voluntário quando se trate de bens de entidades públicas.</p> <p>(C) não podendo incidir sobre bens de origem estrangeira que pertençam a representações diplomáticas e consulares acreditadas no país.</p> <p>(D) recaindo somente sobre bens de propriedade privada, móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, sendo vedado o tombamento de bens públicos.</p> <p>(E) podendo incidir sobre bens privados, nacionais ou estrangeiros, sendo compulsório na primeira hipótese e voluntário na segunda.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Tributário</p> <p>42. A imunidade tributária</p> <p>(A) pode vir definida em lei ou na Constituição Federal, mas nunca em decreto.</p> <p>(B) para ser concedida depende de requerimento do interessado à autoridade administrativa competente.</p> <p>(C) pode ser criada por lei do ente competente para instituir o tributo, podendo ser em caráter geral ou em caráter específico.</p> <p>(D) é prevista na Constituição Federal, que fixa as hipóteses de incompetência para o ente instituir o tributo nas situações por ela definidas.</p> <p>(E) é prevista na Constituição Federal, mas sua aplicação depende sempre de despacho de autoridade administrativa fiscal competente que reconheça a não incidência.</p>
<p>40. Analise as situações abaixo descritas que correspondem ao exercício de poderes da Administração:</p> <p>I. Edição de decreto do Poder Executivo dispondo sobre a organização e funcionamento de órgãos administrativos.</p> <p>II. Declaração de inidoneidade de particular para participar de licitação ou contratar com a administração pública.</p> <p>III. Concessão de licença de instalação e funcionamento para estabelecimento comercial.</p> <p>As situações descritas correspondem, respectivamente, aos poderes</p> <p>(A) regulamentar, de polícia e normativo.</p> <p>(B) disciplinar, de polícia e regulamentar.</p> <p>(C) normativo, disciplinar e regulamentar.</p> <p>(D) normativo, disciplinar e de polícia.</p> <p>(E) hierárquico, disciplinar e regulamentar.</p>	<p>43. É legalmente considerado responsável solidário pelos tributos gerados por atos em que intervém</p> <p>(A) o filho menor, em relação aos tributos devidos por seus pais.</p> <p>(B) a sociedade de pessoa, em relação aos tributos devidos por seus sócios.</p> <p>(C) o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.</p> <p>(D) o usuário do serviço notarial e de registro, pelos tributos decorrentes da prática de atos na serventia.</p> <p>(E) o proprietário mandante, pelos tributos devidos por atos do administrador.</p>



<p>44. Segundo o Código Tributário Nacional, tem o mesmo efeito de certidão negativa uma certidão positiva cujo débito esteja com a exigibilidade suspensa. Neste caso, haveria suspensão da exigibilidade do crédito tributário a admitir uma certidão positiva de efeitos negativos a</p> <p>(A) consignação em pagamento de crédito tributário, diante da exigência de crédito tributário por mais de um ente, relativamente ao mesmo fato gerador.</p> <p>(B) isenção em caráter específico, uma vez concedida pela autoridade administrativa competente.</p> <p>(C) anistia concedida em caráter específico, relativamente aos ilícitos tributários cometidos antes do lançamento.</p> <p>(D) citação do executado em sede de execução fiscal.</p> <p>(E) liminar concedida em mandado de segurança que tenha por objeto ilegalidade na constituição do crédito tributário.</p>	<p>48. Relativamente ao serviço público notarial e de registro, os emolumentos são entendidos como</p> <p>(A) taxas que remuneram o serviço público notarial e de registro.</p> <p>(B) impostos.</p> <p>(C) valores devidos aos oficiais e tabeliães em virtude da prestação do serviço notarial e de registro.</p> <p>(D) custas fixadas em lei e devidas ao Estado em virtude do exercício do serviço notarial e de registro, devidas pelo oficial e pelo tabelião.</p> <p>(E) contribuição social devida à União em virtude do exercício do serviço notarial e de registro prestado pelo titular.</p>
<p>45. NÃO são espécies de tributos:</p> <p>(A) os impostos.</p> <p>(B) as tarifas públicas.</p> <p>(C) as taxas.</p> <p>(D) as contribuições de melhoria.</p> <p>(E) as custas processuais.</p>	<p>49. O Imposto de Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação incidente sobre bens e direitos – ITCMD tem por fato gerador a</p> <p>(A) abertura da sucessão, que se dá com a morte.</p> <p>(B) partilha ou adjudicação do bens deixados pelo <i>de cuius</i> em inventário ou arrolamento.</p> <p>(C) aceitação da herança pelos sucessores a qualquer título.</p> <p>(D) lavratura da escritura de doação, quando se concretiza a transferência do domínio ao donatário.</p> <p>(E) partilha de bens comuns, ou seja, quando é atribuído ao cônjuge supérstite sua meação.</p>
<p>46. A competência tributária</p> <p>(A) é delegável por lei, como no caso do Imposto Territorial Rural – ITR, em que a União pode delegar a competência para os Municípios que assim optarem.</p> <p>(B) não pode deixar de ser exercida, razão pela qual, a União tem obrigação constitucional de instituir todos os impostos de sua competência.</p> <p>(C) é renunciável nos casos expressamente autorizados pela Constituição Federal, como no caso do Imposto sobre Grandes Fortunas, que era de competência da União.</p> <p>(D) é exclusiva em relação a todos os tributos, devendo cada ente se limitar a instituir os tributos expressamente previstos na Constituição Federal ou em lei.</p> <p>(E) é indelegável em qualquer situação, não podendo o ente renunciá-la ou transferi-la a outro ainda que por lei.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>50. No tocante à aplicação e vigência da lei é correto afirmar que</p> <p>(A) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se três meses depois de oficialmente publicada.</p> <p>(B) salvo disposição em sentido contrário, a lei começa a vigorar em todo o país imediatamente após sua publicação oficial.</p> <p>(C) não se admite a repristinação legal em nenhuma hipótese.</p> <p>(D) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se meras inserções textuais, sem modificações de sua vigência, em nenhuma hipótese.</p> <p>(E) lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, modifica ou revoga a lei anterior, conforme o caso.</p>
<p>47. Relativamente aos aspectos da hipótese de incidência do IPTU, é correto afirmar que</p> <p>(A) o aspecto temporal é observado quando do registro do título aquisitivo no Registro Imobiliário, quando se prova a propriedade.</p> <p>(B) a base de cálculo é o valor venal do imóvel, que, por sua vez, também é a base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato <i>inter vivos</i> a título oneroso – ITBI.</p> <p>(C) o aspecto material é a propriedade de imóvel localizado na zona urbana do Município, excluídos os imóveis rurais e aqueles inseridos em área de expansão urbana constantes de loteamento em zona rural.</p> <p>(D) o enfiteuta é responsável tributário pelo Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU incidente sobre o imóvel sobre o qual exerce a enfiteuse.</p> <p>(E) não pode ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do imóvel, assim como acontece também com o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato <i>inter vivos</i> a título oneroso – ITBI, conforme posicionamento já sumulado pelo STJ.</p>	<p>51. Em relação à capacidade, é correto afirmar que</p> <p>(A) os ébrios habituais e os viciados em tóxicos são, em regra, absolutamente incapazes.</p> <p>(B) alguém definido clinicamente como esquizofrênico deve ser considerado, sempre, como relativamente incapaz para os atos da vida civil.</p> <p>(C) uma pessoa em estado de coma deve ser considerada como absolutamente incapaz, enquanto perdurar essa condição.</p> <p>(D) toda pessoa é legitimada a agir, mas nem sempre capaz de direitos e deveres na órbita civil.</p> <p>(E) a partir do nascimento com vida a pessoa adquire a capacidade de direito e de fato, ou exercício, para os atos da vida civil.</p>



<p>52. Em relação às associações, é correto afirmar:</p> <p>(A) A exclusão do associado depende unicamente das disposições estatutárias, podendo ocorrer por ato imotivado dos órgãos deliberativos, se assim dispuser o estatuto.</p> <p>(B) Os associados devem ter iguais direitos e, em consequência, é vedado que se estabeleçam no estatuto categorias com vantagens especiais.</p> <p>(C) Como regra, a qualidade de associado é transmissível livremente.</p> <p>(D) Entre os associados, são estabelecidos direitos e obrigações recíprocos.</p> <p>(E) Compete privativamente à assembleia geral, especialmente convocada para esses fins, destituir os administradores e alterar o estatuto associativo.</p>	<p>55. Quanto à invalidade do negócio jurídico é correto afirmar:</p> <p>(A) O negócio jurídico anulável pode ser pronunciado de ofício e pode ser alegado por qualquer interessado, bem como pelo Ministério Público.</p> <p>(B) O negócio jurídico anulável não se confirma, nem se convalesce pelo decurso do tempo.</p> <p>(C) É anulável o negócio jurídico simulado, subsistindo o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.</p> <p>(D) A invalidade do instrumento induz à do negócio jurídico, ainda que este possa provar-se por outro meio.</p> <p>(E) O negócio jurídico é nulo quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para sua validade, bem como se a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.</p>
<p>53. Para que se possa alterar o estatuto de uma fundação é mister que a reforma:</p> <p>I. seja deliberada por metade mais um dos membros competentes para gerir e representar a fundação.</p> <p>II. não contrarie ou desvirtue sua finalidade.</p> <p>III. seja aprovada pelo órgão do Ministério Público e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II e III, apenas.</p> <p>(B) I e III, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I, apenas.</p>	<p>56. Sobre a servidão é correto afirmar que</p> <p>(A) se de trânsito, não titulada, mas tomada permanente, sobretudo pela natureza das obras realizadas, considera-se aparente, conferindo direito à proteção possessória.</p> <p>(B) é constituída no prédio dominante, ao qual onera.</p> <p>(C) uma vez constituída, pode ser removida livremente, desde que por conta de quem pleitear a remoção.</p> <p>(D) pode ser ampliada para finalidade diversa da qual instituída, se houver justificativa idônea.</p> <p>(E) só fundamentadamente poderá o dono do prédio serviente embaraçar o legítimo exercício da servidão.</p>
<p>54. No tocante aos bens, é correto afirmar:</p> <p>(A) Perdem o caráter de imóveis as edificações separadas do solo e removidas para outro local, ainda que conservando sua unidade.</p> <p>(B) Consideram-se imóveis, para efeitos legais, os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram, bem como o direito à sucessão aberta.</p> <p>(C) Tornam-se móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.</p> <p>(D) São bens consumíveis aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância, salvo se destinados à alienação.</p> <p>(E) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.</p>	<p>57. Em relação aos direitos reais de garantia, é correto afirmar que</p> <p>(A) a dívida considera-se extinta se o bem dado em garantia real perecer sem culpa do devedor.</p> <p>(B) os bens dados em garantia real podem ficar com o credor, por exigência deste, se a dívida não for paga no vencimento.</p> <p>(C) até o pagamento da dívida, os bens móveis empenhados ficam sempre na posse do credor pignoratício.</p> <p>(D) os sucessores do devedor não podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões, devendo fazê-lo no todo e ficando, a partir de então, sub-rogados nos direitos do credor pelas quotas que houverem satisfeito.</p> <p>(E) o pagamento parcial da hipoteca exonera a garantia na mesma proporção do montante pago pelo devedor, como regra geral.</p>



<p>58. Em relação ao testamento e à capacidade para testar, analise as afirmações abaixo.</p> <p>I. Toda pessoa capaz, bem como os maiores de dezesseis anos, podem dispor, por testamento, da totalidade de seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte.</p> <p>II. Extingue-se no prazo decadencial de quatro anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data de seu registro.</p> <p>III. A incapacidade superveniente do testador não invalida o testamento, nem o testamento do incapaz é validado com a superveniência da capacidade.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III. (B) II e III, apenas. (C) II, apenas. (D) I e III, apenas. (E) I e II, apenas.</p>	<p>61. <i>A todo tempo será lícito ao condômino exigir a divisão da coisa comum, respondendo o quinhão de cada um pela sua parte nas despesas da divisão.</i></p> <p><i>§ 1º Podem os condôminos acordar que fique indivisa a coisa comum por prazo não maior de cinco anos, suscetível de prorrogação ulterior.</i></p> <p><i>§ 2º Não poderá exceder de dez anos a indivisão estabelecida pelo doador ou pelo testador.</i></p> <p><i>§ 3º A requerimento de qualquer interessado e se graves razões o aconselharem, pode o juiz determinar a divisão da coisa comum antes do prazo.</i></p> <p>Este enunciado, relativo ao condomínio no Código Civil, é composto por três parágrafos. Corresponde efetivamente ao texto legal</p> <p>(A) os três parágrafos. (B) apenas os §§ 1º e 3º. (C) apenas os §§ 2º e 3º. (D) apenas os §§ 1º e 2º. (E) apenas o § 1º.</p>
<p>59. Em face do entendimento sumulado,</p> <p>(A) o direito de uso de linha telefônica não pode ser usucapido. (B) em embargos de terceiro não se anula ato jurídico por fraude contra credores. (C) o direito a adjudicação compulsória condiciona-se ao registro do compromisso de compra e venda no Cartório Imobiliário. (D) a ausência de registro de transferência implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado. (E) é admissível o interdito proibitório para a proteção do direito autoral.</p>	<p>62. No regime de comunhão parcial</p> <p>(A) entram na comunhão os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso do trabalho ou despesa anterior, bem como as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge. (B) excluem-se da comunhão os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, se a aquisição se deu em nome de um dos cônjuges. (C) são comunicáveis os bens cuja aquisição tiver por título uma causa anterior ao casamento. (D) a anuência de ambos os cônjuges é desnecessária para os atos, a título gratuito, que impliquem cessão do uso ou gozo dos bens comuns. (E) a administração e a disposição dos bens constitutivos do patrimônio particular competem a ambos os cônjuges, salvo convenção diversa em pacto antenupcial.</p>
<p>60. De acordo com o Código Civil, em relação aos contratos, é correto afirmar que</p> <p>(A) nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, salvo se a aquisição se houver realizado em hasta pública. (B) a coisa recebida em virtude de contrato comutativo ou aleatório pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminua o valor. (C) nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de umas das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir resolução do contrato, o que poderá ser evitado se, proposta a ação, o réu oferecer-se a modificar equitativamente as condições do contrato. (D) a cláusula resolutiva expressa opera em regra condicionada à interpelação judicial. (E) no contrato com pessoa a declarar, se a pessoa a nomear era incapaz ou insolvente no momento da nomeação, o contrato não produzirá quaisquer efeitos, invalidando-se.</p>	<p>63. Em relação ao casamento, é correto afirmar:</p> <p>(A) Não pode casar o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal, podendo o ato ser anulado por seu ex-cônjuge. (B) O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, data a partir da qual produzirá efeitos. (C) Os impedimentos matrimoniais podem ser opostos, até cinco dias após a publicação dos proclamas, por qualquer pessoa capaz. (D) É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família por meio do casamento. (E) É nulo o casamento realizado por vício da vontade, se houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro.</p>



<p>64. Em relação à responsabilidade civil do incapaz, é correto afirmar que</p> <p>(A) como a obrigação de indenizar depende de ação ou omissão voluntária do agente, e o incapaz não possui o discernimento necessário, não será ele responsabilizado em nenhuma hipótese.</p> <p>(B) é subsidiária e mitigada, só tendo lugar se os seus responsáveis legais não tiverem obrigação de indenizar, no caso concreto, ou não dispuserem de meios suficientes. A indenização então fixada será equitativa e não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependam.</p> <p>(C) o incapaz sempre é responsável direto e solidário com seus representantes legais, pois o direito civil atual leva em conta preponderantemente a figura da vítima e não a do causador do dano, mostrando-se irrelevante se possui ele ou não discernimento suficiente quanto à ilicitude de sua conduta.</p> <p>(D) apenas o relativamente incapaz será responsabilizado, de modo solidário com seus representantes legais mas com a fixação do montante indenizatório obedecendo à equidade.</p> <p>(E) tanto o absoluta como o relativamente incapaz serão responsabilizados, subsidiariamente em relação a seus responsáveis legais mas sem limitação quanto ao montante indenizatório devido.</p>	<p>67. Cabe recurso especial contra</p> <p>(A) decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.</p> <p>(B) acórdão proferido no tribunal de origem quando cabíveis embargos infringentes.</p> <p>(C) decisão do relator, que no tribunal de origem, julgou o recurso monocraticamente.</p> <p>(D) decisão da qual couber recurso ordinário.</p> <p>(E) acórdão proferido no julgamento de agravo de instrumento.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>65. A respeito dos títulos executivos, é correto afirmar que</p> <p>(A) o contrato de seguro contra acidentes pessoais só constitui título executivo extrajudicial se estiver assinado pelo devedor e por duas testemunhas.</p> <p>(B) a execução de títulos executivos judiciais oriundos de país estrangeiro depende de prévia homologação judicial pelo Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) o documento público assinado pelo devedor só tem eficácia de título executivo extrajudicial se tiver sido formalizado através de escritura pública.</p> <p>(D) o instrumento de transação referendado pelos advogados dos transatores com poderes para transacionar só é título executivo se tiver sido homologado judicialmente.</p> <p>(E) o instrumento de confissão de dívida originário de contrato de abertura de crédito não constitui título executivo extrajudicial.</p>	<p>68. No que concerne ao processo cautelar, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A tutela cautelar pode ser requerida após o ajuizamento da ação principal.</p> <p>(B) A medida cautelar será requerida diretamente ao tribunal quando interposto recurso contra sentença proferida na ação principal.</p> <p>(C) Não cabe medida cautelar inominada para suspender os efeitos de protesto já efetivado.</p> <p>(D) A medida cautelar pode ser determinada de ofício pelo juiz em casos excepcionais.</p> <p>(E) A medida cautelar pode ser substituída por caução ou outra medida menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.</p>
<p>66. João ajuizou ação de divórcio em face de sua esposa Maria. Após a citação e antes da contestação, João veio a falecer. Nesse caso, o juiz</p> <p>(A) suspenderá o processo por 6 meses.</p> <p>(B) suspenderá o processo por 30 dias.</p> <p>(C) extinguirá o processo com resolução de mérito.</p> <p>(D) extinguirá o processo sem resolução de mérito.</p> <p>(E) interromperá o processo por causa superveniente.</p>	<p>69. Na execução fiscal</p> <p>(A) é necessária a intervenção do Ministério Público.</p> <p>(B) a Fazenda Pública não pode substituir a certidão de dívida ativa até a prolação da sentença de embargos, mesmo quando se tratar de correção de erro material ou formal, sem modificação do sujeito passivo da execução.</p> <p>(C) a Fazenda Pública não pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.</p> <p>(D) a citação por edital é cabível quando frustradas as demais modalidades.</p> <p>(E) o inadimplemento de obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.</p>



<p>70. Quanto à prova pericial, é correto afirmar:</p> <p>(A) O perito nomeado pelo juiz não pode ouvir testemunhas para elucidação do fato objeto da perícia.</p> <p>(B) O juiz não pode formular os quesitos que entender necessários ao esclarecimento da causa.</p> <p>(C) Os assistentes técnicos indicados pelas partes não estão sujeitos a impedimento e suspeição.</p> <p>(D) Quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida, o juiz pode determinar a realização de nova perícia, que substituirá a primeira.</p> <p>(E) Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres antes do laudo do perito judicial para que sejam por este analisados.</p>	<p>73. A ação renovatória de locação, preenchidos os requisitos legais, NÃO pode ser ajuizada</p> <p>(A) pelos sucessores da locação.</p> <p>(B) pelos cessionários da locação.</p> <p>(C) pelo sócio sobrevivente, quando, dissolvida a sociedade comercial pela morte de um dos sócios, continuar no mesmo ramo.</p> <p>(D) por sociedade civil com fim lucrativo regularmente constituída.</p> <p>(E) pelo locatário, no caso de sublocação total do imóvel.</p>
<p>71. A respeito do mandado de segurança, considere:</p> <p>I. Quando o ato impugnado tiver sido praticado com base em ato normativo, de caráter abstrato e geral, a autoridade coatora é quem executa o comando que emerge do ato normativo e não quem o editou.</p> <p>II. Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.</p> <p>III. A sentença que concede ou denega mandado de segurança fica sujeita ao duplo grau de jurisdição e, assim, a reexame necessário.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) III.</p>	<p>74. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer para a defesa dos direitos e interesses protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. A conversão da obrigação em perdas e danos será admissível se</p> <p>(A) for impossível a tutela específica, apenas.</p> <p>(B) por elas optar o autor, apenas.</p> <p>(C) por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente.</p> <p>(D) for impossível a obtenção do resultado prático equivalente, apenas.</p> <p>(E) for impossível a tutela específica ou obtenção do resultado prático equivalente, apenas.</p>
<p>72. Na ação civil pública</p> <p>(A) a competência determina-se pelo local onde ocorreu o dano, podendo, também, ser ajuizada no domicílio do réu.</p> <p>(B) o Poder Público só pode habilitar-se como assistente no polo ativo da relação processual.</p> <p>(C) as associações legitimadas na forma da lei poderão habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.</p> <p>(D) o inquérito civil preparatório pode ser instaurado no âmbito do Ministério Público ou de quaisquer das associações legalmente legitimadas.</p> <p>(E) o Promotor de Justiça que presidiu o inquérito civil está impedido de ajuizar a correspondente ação civil pública.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>75. São elementos objetivos da relação de tipicidade</p> <p>(A) a conduta, o resultado e a relação de causalidade.</p> <p>(B) a antijuridicidade e a culpabilidade.</p> <p>(C) as circunstâncias do fato.</p> <p>(D) o dolo e a culpa.</p> <p>(E) a imputabilidade e o juízo de reprovação.</p> <p>76. Necessariamente, autores e partícipes recebem</p> <p>(A) penas idênticas.</p> <p>(B) penas, respectivamente, mais e menos graves.</p> <p>(C) penas, respectivamente, menos e mais graves.</p> <p>(D) penas igualmente graves, mas de espécies distintas.</p> <p>(E) penas igualmente graves, salvo se diversa for sua culpabilidade.</p>



<p>77. A pena privativa de liberdade é</p> <p>(A) inicialmente cumprida em regime de isolamento celular, pese progressiva.</p> <p>(B) de reclusão, detenção ou prisão simples, com caráter progressivo.</p> <p>(C) cumprida em regime fechado ou semiaberto, não no aberto.</p> <p>(D) cumprida em regime semiaberto ou aberto, não no fechado.</p> <p>(E) cumprida em regime fechado, não no semiaberto ou aberto.</p>	<p>82. A exigência de vantagem indevida para si, em razão do exercício de função pública, caracteriza crime de</p> <p>(A) concussão.</p> <p>(B) corrupção passiva.</p> <p>(C) corrupção ativa.</p> <p>(D) excesso de exação.</p> <p>(E) prevaricação.</p>
<p>78. O trabalho do preso definitivamente condenado é</p> <p>(A) gratuito nos três regimes prisionais.</p> <p>(B) obrigatório no fechado e facultativo nos demais regimes prisionais.</p> <p>(C) remunerado e assistido pela Previdência Social.</p> <p>(D) gratuito, porém excepcionalmente remunerado.</p> <p>(E) remunerado, porém excepcionalmente gratuito.</p>	<p>83. Registrar como seu o filho de outrem constitui crime cujo bem jurídico precípua é</p> <p>(A) a administração da Justiça.</p> <p>(B) o patrimônio.</p> <p>(C) a propriedade imaterial.</p> <p>(D) a família.</p> <p>(E) a Administração Pública em geral.</p>
<p>79. Tratando-se de crime de ação penal privada, apadrinhar o casamento do ofensor, em princípio, exemplifica uma situação de</p> <p>(A) decadência.</p> <p>(B) renúncia ou perdão.</p> <p>(C) perempção.</p> <p>(D) prescrição.</p> <p>(E) perdão judicial.</p>	<p>84. Entendimento sumular vigente no Superior Tribunal de Justiça dispõe que a existência, em desfavor do réu, de outro processo criminal ainda pendente de julgamento caracteriza</p> <p>(A) mau antecedente.</p> <p>(B) personalidade antissocial.</p> <p>(C) culpabilidade acentuada.</p> <p>(D) conduta social reprovável.</p> <p>(E) fator irrelevante à pena-base.</p>
<p>80. Admite realização também sob a modalidade estritamente culposa a figura legal de</p> <p>(A) dano.</p> <p>(B) peculato mediante erro de outrem.</p> <p>(C) furto.</p> <p>(D) receptação.</p> <p>(E) favorecimento pessoal.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>85. NÃO representa direito da pessoa acusada em processo criminal, estatuído no artigo 5º da Constituição da República:</p> <p>(A) a inviolabilidade de domicílio, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.</p> <p>(B) permanecer calada em seu interrogatório policial ou judicial, sendo que o silêncio poderá ser interpretado em prejuízo de sua defesa.</p> <p>(C) a inadmissibilidade, no processo, das provas obtidas por meios ilícitos.</p> <p>(D) exercer o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.</p> <p>(E) ter a sua prisão comunicada ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada.</p>
<p>81. Modela-se também pelas ideias de furto e de apropriação indébita a figura legal do crime de</p> <p>(A) prevaricação.</p> <p>(B) concussão.</p> <p>(C) excesso de exação.</p> <p>(D) favorecimento pessoal.</p> <p>(E) peculato.</p>	<p>86. Sobre a aplicação da lei processual penal e a interpretação no processo penal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A legislação brasileira segue o princípio da territorialidade para a aplicação das normas processuais penais.</p> <p>(B) O princípio da territorialidade na aplicação da lei processual penal brasileira pode ser ressaltado por tratados, convenções e regras de direito internacional.</p> <p>(C) A lei processual penal aplica-se desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.</p> <p>(D) A norma processual penal mista constitui exceção à regra da irretroatividade da lei processual penal.</p> <p>(E) No processo penal, assim como no direito penal, é sempre admitida a interpretação extensiva e aplicação analógica das normas.</p>



<p>87. Com relação ao inquérito policial, é correto afirmar que</p> <p>(A) poderá ser iniciado de ofício, por ordem da autoridade policial, ou mediante requisição da autoridade judiciária ou de membro do Ministério Público, ou, ainda, a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.</p> <p>(B) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação de iniciativa pública deverá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.</p> <p>(C) deverá, em regra, terminar no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de 30 (trinta) dias, se estiver solto, sendo admissível a prorrogação desses prazos, em ambos os casos, quando o fato for de difícil elucidação e houver autorização judicial.</p> <p>(D) o ofendido e o indiciado não podem requerer diligências à autoridade policial.</p> <p>(E) a autoridade policial poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, se não forem encontrados indícios de crime e de sua autoria.</p>	<p>90. No tocante à atividade probatória no processo penal, de acordo com o Código de Processo Penal,</p> <p>(A) as provas ilícitas, obtidas em violação a normas legais, são inadmissíveis, sendo facultado seu desentranhamento dos autos do processo.</p> <p>(B) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, sendo-lhe vedado utilizar os elementos informativos colhidos na investigação para fundamentar a sua decisão, mesmo tratando-se de provas cautelares.</p> <p>(C) é possível provar o estado das pessoas por qualquer meio de prova admissível no processo penal, independentemente das restrições estabelecidas na lei civil.</p> <p>(D) a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz, de ofício, determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.</p> <p>(E) quando a infração deixar vestígio, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, salvo se já houver confissão do acusado.</p>
<p>88. Sobre a ação penal, é correto afirmar:</p> <p>(A) É inadmissível propor ação penal de iniciativa privada em crime de ação penal pública.</p> <p>(B) O Ministério Público poderá desistir da ação penal, uma vez constatada a falta de prova da autoria e materialidade da infração penal.</p> <p>(C) A ação penal pública é de iniciativa do Ministério Público, mas, em alguns casos, depende de prévia requisição do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido, ou de quem tiver qualidade para representá-lo.</p> <p>(D) Em caso de ação penal de iniciativa privada, o ofendido pode optar por exercer o direito de queixa contra alguns dos autores já conhecidos do crime.</p> <p>(E) Nas infrações de menor potencial ofensivo, a composição civil dos danos, homologada judicialmente, gera a preempção do direito de queixa.</p>	<p>91. Dentre as alternativas abaixo, NÃO configura hipótese de suspeição o juiz</p> <p>(A) ser amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.</p> <p>(B) sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.</p> <p>(C) ter funcionado no mesmo processo como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.</p> <p>(D) ser credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.</p> <p>(E) ser sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.</p>
<p>89. O Código de Processo Penal brasileiro, ao tratar da competência jurisdicional por conexão ou continência, determina a observância da seguinte regra:</p> <p>(A) no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá esta última.</p> <p>(B) no concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave, exceto no caso de crimes conexos de competência federal e estadual, em que a competência será sempre da Justiça Federal.</p> <p>(C) no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá aquela.</p> <p>(D) a conexão e continência importam unidade de processo e julgamento, sem exceção.</p> <p>(E) é obrigatória a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.</p>	<p>92. Sobre a nulidade do processo penal, é correto afirmar:</p> <p>(A) No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.</p> <p>(B) As partes poderão arguir nulidade a que tenham dado causa ou de qualquer forma concorrido.</p> <p>(C) Configura causa de nulidade a não intimação da defesa da data da audiência no juízo deprecado, ainda que haja sido intimada da expedição da carta precatória.</p> <p>(D) A incompetência do juízo anula os atos instrutórios e decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.</p> <p>(E) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser suprida a todo o tempo, antes da sentença final, mediante ratificação dos atos processuais.</p>

**Direito Comercial/Empresarial**

93. O contrato social da sociedade limitada mencionará
- (A) as pessoas naturais ou jurídicas incumbidas da administração da sociedade.
 - (B) as quotas, com ou sem valor nominal, de cada sócio no capital social.
 - (C) se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.
 - (D) a firma social ou denominação, integradas pela palavra final "limitada".
 - (E) as prestações a que se obriga o sócio, cuja contribuição consista em serviços.

94. A sociedade empresária que não proceder a qualquer arquivamento no período de dez anos e não comunicar à Junta Comercial que deseja manter-se em funcionamento será considerada
- (A) irregular.
 - (B) inativa.
 - (C) de fato.
 - (D) anulável.
 - (E) ilegal.

95. NÃO se submete aos efeitos da recuperação judicial o crédito do titular de cessão fiduciária de crédito, com o preavencimento dos direitos de propriedade do credor cessionário fiduciário, desde que, antes do pedido de recuperação o respectivo contrato, celebrado por instrumento público ou particular, esteja registrado no Registro
- (A) de Títulos e Documentos do domicílio do devedor.
 - (B) de Títulos e Documentos do domicílio do credor.
 - (C) Civil das Pessoas Jurídicas da sede social da sociedade devedora.
 - (D) Público de Empresas Mercantis competente.
 - (E) de Imóveis da sede social da devedora.

96. Consoante expressa previsão da Lei nº 6.404/76, realizada a conferência de bem imóvel para a integralização de capital social na constituição de sociedade anônima, será o documento hábil para a transferência, por transcrição no Registro de Imóveis a
- (A) escritura pública de incorporação do imóvel conferido.
 - (B) certidão dos atos constitutivos da companhia, passada pelo Registro do Comércio em que foram arquivados.
 - (C) ata da assembleia de avaliação do imóvel conferido.
 - (D) ata da assembleia de constituição da companhia.
 - (E) escritura pública de constituição da companhia.

97. Na alienação judicial de imóvel realizada no processo de falência, o arrematante
- (A) responderá como sucessor de todas as obrigações do devedor.
 - (B) responderá apenas como sucessor nas obrigações tributárias.
 - (C) responderá apenas como sucessor nas obrigações trabalhistas.
 - (D) responderá apenas como sucessor nas obrigações por acidentes do trabalho.
 - (E) não será sucessor nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidentes de trabalho.

Conhecimentos Gerais

98. De acordo com as *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*, publicadas pelo Conselho Nacional de Arquivos em abril de 2010, a qualidade da imagem obtida depende das características dos equipamentos e dos procedimentos utilizados, e também
- (A) da resolução óptica adotada no escaneamento, da profundidade de bits, dos processos de interpolação e dos níveis de compressão.
 - (B) do valor que um documento possui em razão de seu conteúdo, das circunstâncias de sua produção e da presença de assinaturas e selo.
 - (C) do conjunto de medidas legais destinadas a impedir a destruição, deterioração e distorção dos documentos em suporte-papel.
 - (D) do uso de recursos computacionais para fazer com que a tecnologia atual possa aceitar as características de uma tecnologia obsoleta.
 - (E) da criação de chave secreta para que somente os usuários autorizados possam ter acesso ao documento em sua forma integral.

99. Em meio eletrônico, a atividade que estabelece relação única, exclusiva e intransferível entre uma chave de criptografia, de um lado, e uma pessoa física, jurídica, máquina ou aplicação, de outro, é conhecida como
- (A) conversão.
 - (B) chave pública.
 - (C) identificador único.
 - (D) trilha de auditoria.
 - (E) certificação digital.

100. O ciclo de vida de uma assinatura digital compreende as seguintes etapas:
- (A) produção, reprodução, compatibilização e anulação.
 - (B) corrente, intermediária e permanente.
 - (C) emissão, autenticação, microfilmagem e digitalização.
 - (D) criação, verificação, armazenamento e revalidação.
 - (E) transcrição, cópia, criptografia e arquivamento.